

## EDUCAÇÃO E NEOLIBERALISMO NO HAITI: ANÁLISE CRÍTICA DO PLANO OPERACIONAL (PO) 2010/2015 E DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO UNIVERSAL GRATUITA E OBRIGATÓRIA (PSUGO)

*Education and Neoliberalism in Haiti: A Critical Analysis of the 2010/2015 Operational Plan and the Free and Compulsory Universal Education Program (PSUGO)*

**Wanchel Pierre**

Universidade Federal de Uberlândia

**Lucia de Fatima Valente**

Universidade Federal de Uberlândia

### RESUMO

Este artigo analisa as influências neoliberais na configuração do plano operacional 2010/2015 que conduz ao programa de escolarização universal gratuita e obrigatória (PSUGO). A argumentação teórica baseia-se nos trabalhos de autores como Saint-Fort (2016), Enoque (2010), Pierre (2014), Souza (2009), Joint (2008), Laval (2019); Dadot, Laval (2016); Pablo (1996); as fontes documentais foram úteis para melhor compreender as reformas educacionais, considerando a constituição de 1987, convenções, decretos-leis. Uma abordagem qualitativa é adotada, combinando a análise documental. Isso permite uma compreensão aprofundada das políticas educacionais em seu contexto histórico, político e social. A análise revela que o PO e o PSUGO refletiram os ideais neoliberais, enfatizando a privatização, a concorrência e a desregulamentação. Isso leva à fragmentação do sistema educacional, resultando em desigualdades e deterioração da qualidade da educação. Uma necessidade de repensar as políticas educacionais no Haiti é, portanto, necessária, colocando-as em um quadro de justiça social e equidade.

**Palavras-chave:** Sistema educacional Haitiano- Política educacional- Reforma educacional- Neoliberalismo

### Abstract

In this article, we analyze the neoliberal influences in shaping the 2010/2015 operational plan that leads to the program of universal free and compulsory education (PSUGO). The theoretical argumentation is based on the works of authors such as Saint-Fort (2016), Enoque (2010), Daphnay (2016), Pierre (2014), Arroyo (2010), Souza (2009), Joint (2008), Laval (2019); Dadot & Laval (2016); Pablo (1996); documentary sources were useful to better understand educational reforms, considering the 1987 constitution, conventions, decree-laws. A qualitative approach is adopted, combining documentary analysis. This allows for a thorough understanding of educational policies in their historical, political, and social context. The analysis reveals that the Po and the Psugo reflected neoliberal ideals, emphasizing privatization, competition, and deregulation. This leads to the fragmentation of the educational system, resulting in inequalities and deterioration in the quality of education. Therefore, a need to rethink educational policies in Haiti is necessary, placing them within a framework of social justice and equity.

**Keywords:** Haitian educational system- educational policy- educational reform- Neoliberalism.

## INTRODUÇÃO

A influência das políticas neoliberais nas esferas sóciopolítico econômicas e educacionais tem sido objeto de intensa discussão e análise em contextos globais. O neoliberalismo se impõe como uma lógica normativa que faz da competição a norma geral das relações e dos negócios o modelo de conduta e subjetividade. Podemos perceber elementos de continuidade e elementos de inflexão, uma “razão mundial” visando “estender e impor a lógica do capital a todas as relações sociais até que ela se torne a forma própria de nossas vidas” (Laval; Dardot, 2016, p. 10).

Tem sua origem entre as décadas de 1940 e 1960, o neoliberalismo ganhou popularidade na década de 1970 com a adoção de seus princípios por partidos conservadores, como Margaret Thatcher no Reino Unido e Ronald Reagan nos Estados Unidos (Hayek, 1944). Segundo Milton Friedman (1971), o mercado restringe o alcance das questões que requerem intervenção política, reduzindo assim o papel dos governos na economia. Esta doutrina é caracterizada pelo aumento das intervenções privadas nos setores públicos e pela desregulamentação dos mercados, com o objetivo de promover a liberdade individual e a eficiência coletiva (Desjardins, 2013). Além disso, defende um Estado forte para garantir os interesses do mercado e da propriedade privada, ao mesmo tempo que reduz os direitos sociais garantidos pelas políticas sociais (Laval; Dardot, 2016).

Centrado na filosofia empreendedora, o neoliberalismo afeta os papéis das escolas na sociedade e os próprios objetivos educacionais. Porque

“(...) existem critérios impostos por agências internacionais que modificam os estilos de ensino para obter bons resultados entre os estudantes, daí o surgimento de métodos para medir a qualidade da educação oferecida pelas escolas” (Ens *et al.*, 2016, p.92).

A educação torna-se uma forma de promover a concorrência de mercado na formação dos estudantes, ao estimular a rentabilidade, a produtividade, a competitividade, a adaptabilidade e o ajustamento ao mercado para alcançar um padrão de qualidade

No Haiti, uma nação marcada por desafios históricos e estruturais, a influência do neoliberalismo é particularmente sentida e molda significativamente o desenvolvimento e a implementação de políticas educativas nas últimas décadas. Neste contexto, o presente estudo propõe realizar uma análise aprofundada das influências neoliberais nas políticas educacionais haitianas, com particular ênfase no Plano Operacional 2010/2015 (PO) e no Programa de Escolarização Universal Gratuita e Obrigatória (PSUGO). Estas duas iniciativas representam avanços significativos na jornada educacional do Haiti, refletindo os esforços do governo e das organizações internacionais para enfrentar os desafios educacionais que o país enfrenta.

A análise foi conduzida por meio de uma abordagem interdisciplinar, combinando perspectivas teóricas da economia

política, sociologia da educação e estudos críticos da educação. Além disso, foram utilizadas metodologias qualitativas, incluindo a revisão de documentos para fornecer uma compreensão abrangente e contextualizada da dinâmica subjacente às políticas educacionais haitianas. Procuramos contribuir para uma compreensão mais profunda das complexidades envolvidas na intersecção entre as políticas educativas e as ideologias neoliberais nos contextos dos países em desenvolvimento, fornecendo informações valiosas aos pesquisadores, governos e profissionais da educação interessados na promoção de uma educação pública de qualidade e com justiça social, além da política no Haiti.

## INÍCIO DA POLÍTICA NEOLIBERAL NO HAITI

No Haiti, as políticas neoliberais foram implementadas abertamente a partir da década de 1980. Após a revolução de 1986. Em dezembro de 1990, o presidente Jean-Bertrand Aristide assumiu o poder em meio a um contexto político global marcado pelo fim da Guerra Fria. O mundo estava se tornando unipolar, com uma orientação em direção ao capitalismo neoliberal. O discurso político do novo líder haitiano ia de encontro às ideias predominantes da época. Em sua agenda política, ele defendia a reforma agrária e o aumento do salário-mínimo dos terceirizados (Faniel; Frenat; Junior, 2024). No entanto, as potências estrangeiras temiam as consequências dessas eleições para seus interesses e apoiaram um golpe de Estado. Apenas oito meses após assumir o poder, na noite de 29 para 30 de setembro de 1991, o presidente eleito foi deposto em um golpe liderado pelo general Raoul Cedras. (Étienne, 2007)

Logo depois, o projeto neoliberal criticado pelo presidente Aristide foi retomado pelo novo governo de transição, com a nomeação de Lesly Delatour (denomeado um Chicago Boy<sup>1</sup>) como Ministro da Economia, que ordenou o fechamento de quatro fábricas públicas de açúcar (Hermogène, 2019)

Em 19 de setembro de 1994, Bill Clinton lançou a Operação "Restaurar a Democracia". Dois mil soldados americanos desembarcaram no Haiti em 15 de outubro de 1994, acompanhados por Bertrand Aristide para continuar seu mandato, representando um retorno à ordem constitucional (Hermogene, 2019)

O retorno do presidente Aristide ao país marcou a imposição de políticas neoliberais. O acordo de Governor's Island<sup>2</sup> submeteu a economia haitiana às instituições financeiras internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). As novas políticas públicas

---

<sup>1</sup> Os "Chicago Boys" referem-se a um grupo de economistas formados principalmente na Universidade de Chicago (EUA) nas décadas de 1950 e 1970, sob a influência do ganhador do Prêmio Nobel Milton Friedman e da escola de pensamento monetarista/neoliberal.

<sup>2</sup> Disponível em:

[https://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/HT\\_930703\\_Accord%20of%20Governors%20Island.pdf](https://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/HT_930703_Accord%20of%20Governors%20Island.pdf).

promoveram privatizações e a implementação de programas de ajuste estrutural. Essa orientação neoliberal persistiu no Haiti, resultando no declínio da produção local devido a privatizações, demissões e fechamento de empresas públicas. As tarifas foram reduzidas como parte de um plano de ajuste estrutural, permitindo a invasão do mercado nacional por produtos estrangeiros subsidiados, principalmente dos Estados Unidos. Por exemplo, as tarifas sobre arroz passaram de 35% para 3% sob um acordo com o FMI em 1995, o que levou a uma importação maciça de arroz americano no Haiti. (Faniel; Frenat; Junior, 2024)

Essa redução das tarifas empobrecer os pequenos agricultores e transformou um país anteriormente autossuficiente em importador de arroz. Segundo Faniel, Frenat e Junior (2024) em 2008 Haiti importava 82% de seu consumo de arroz. Esses autores apontam que a liberalização do comércio, promovida por organizações internacionais como a Organização Mundial do Comércio (OMC), acentuou a desregulamentação da economia haitiana e a administração pública foi incapaz de satisfazer as suas necessidades orçamentais e de financiar programas sociais que atendam às necessidades básicas da população, como saúde, habitação, infraestrutura, educação etc. (Faniel; Frenat; Junior, 2024)

Como o Estado não tem meios suficientes para financiar a educação da população, cabe ao setor privado assumir quase a totalidade do sistema educacional haitiano. Um estudo do Menfp (2010) destaca que 85% do ensino no Haiti é fornecido por escolas privadas. Essa hegemonia do setor privado no campo envolve as famílias a fim de garantir o financiamento dos custos escolares de seus filhos. Assim, o pagamento dos custos escolares representa um peso para as famílias pobres. As despesas escolares anuais são estimadas em cerca de 15% a 25% da renda anual de uma família para uma criança (MENPF, 2010). Essa privatização da educação levou a aumentos exorbitantes das mensalidades para os pais, tornando o acesso à educação cada vez mais difícil para as famílias de baixos rendimentos. Esta privatização é um fenômeno que afeta tanto o próprio significado do conhecimento, as instituições que deveriam transmitir valores e conhecimentos, como o próprio vínculo social. (Joint, 2008)

Assim, as estratégias neoliberais provocam em nossas escolas uma grande crise de cidadania. A educação torna-se um modelo de mercado, enfatizando a formação humana como uma necessidade de capital e uma redução de direitos e conhecimentos sociais como pontua Gentili (1996),

a grande operação estratégica do neoliberalismo consiste em transferir a educação da esfera política para a esfera comercial, pondo assim em causa o seu carácter jurídico e reduzindo-a à sua condição de propriedade. É neste contexto que se concebe a noção de cidadania, por meio de uma reavaliação da ação do indivíduo como proprietário, como indivíduo que luta para conquistar (comprar) bens de diversas naturezas, fazendo parte dela a educação. O modelo neoliberal de homem é o cidadão privatizado, o empresário, o consumidor (Gentili, 1996, p.20-21).

Além de encorajar a competitividade e a meritocracia, o neoliberalismo transfere a responsabilidade e o custo da educação da

sociedade para o indivíduo. O estudante, antes visto como cidadão em formação, seria substituído por um consumidor informado. A autoridade do professor não derivaria mais do conhecimento. Conhecimento e cultura seriam “bens”, reduzidos à sua única utilidade (Dubet; Duru-Bellat; Vérétout, 2010). A lógica neoliberal aplica, portanto, métodos de gestão típicos do setor privado, modificando em particular o papel econômico e político do Estado nos setores públicos ao abrir espaço à privatização, à economia do conhecimento e à reprodução das desigualdades (Laval, 2019).

Como Samuel Joshua (2009) diz com razão, a educação é essencialmente concebida como um serviço prestado à economia. De acordo com esta abordagem, não é a sociedade que garante a todos os seus membros o direito à cultura, são os indivíduos que devem capitalizar os recursos privados cujo retorno futuro a sociedade garantirá (Joshua; Dupin, 2009).

Assim, de 1990 até 2025, o modelo econômico neoliberal imposto à população haitiana continua a impor-se em todas as áreas. No domínio educativo, além dos textos oficiais (constituição, leis, decreto-lei, circular, relatório) da república. O sistema educacional haitiano tem como referência objetivos e práticas, é composto por documentos internacionais emanados de diversas comissões e estruturas, incluindo a OCDE (1995, 1998) e a Unesco (1996); constituem referências para definir, contextualizar e construir o pensamento educativo num contexto político, econômico, social e cultural marcado pelo neoliberalismo.

Estudar as políticas educacionais de um país envolve compreender como as linhas de ação governamental implementadas nos sistemas escolares adquirem um significado específico para a população dependendo do contexto sociopolítico e do momento em que são implementadas (Barret et al., 2011). Os imperativos da ideologia educacional neoliberal afetam o sistema educativo de quase todos os países do mundo, incluindo a natureza e a direção das reformas das políticas educativas. No Haiti, o neoliberalismo constitui uma ideologia que não é apenas dominante, mas também indubitavelmente hegemônica no domínio político. (Zajda et al., 2010).

## **PLANO OPERACIONAL 2010-2015**

O terremoto de 7.3 na escala Richter que atingiu Porto Príncipe, capital do Haiti, e seus arredores em 12 de janeiro de 2010 resultou em devastação sem precedentes. O Haiti enfrentou pesadas perdas humanas e materiais, provocando um estado de caos generalizado que persistiu por meses, até dois anos. Relatórios do Estado haitiano, da Organização Internacional para as Migrações (OIM) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) indicam um impacto catastrófico: aproximadamente 222 mil mortes, mais de 300.000 feridos, 4.000 a 7.000 amputados, mais de 60 mil pessoas deslocadas e cerca de 1,3 milhões de pessoas sem-teto que viviam em campos improvisados após o terremoto. Além disso, mais de 20 mil casas foram danificadas, mais de 105 mil

edifícios foram completamente destruídos e quase 90% das escolas em Porto Príncipe foram arrasadas. Os danos materiais foram avaliados em US \$7,804 bilhões, superando o PIB do Haiti em 2009. (Pnud, 2010; Oim, 2010).

De acordo com informações do MNFP, as estruturas do sistema público de ensino, correspondentes a 6% da oferta escolar, foram 77% destruídas após o terremoto de 2010 (MENFP, 2012). A tragédia resultou em perdas significativas de vidas, incluindo aproximadamente 38.000 estudantes, 1.347 professores e 180 funcionários não docentes (MENFP, 2010). Estudos posteriores destacaram as consequências desastrosas do evento nos aspectos humano, social, material e econômico para as populações afetadas (Bayard, 2010; Becerra *et al.*, 2010; Vert *et al.*, 2011).

Além disso, conforme a Pesquisa sobre a Evolução das Condições de Vida após o Terremoto (ESCVAM<sup>3</sup>) de 2014, conduzida pelo Instituto Haitiano de Estatística e Informação (IHEI), o analfabetismo é um problema grave, afetando 23% da população haitiana, com maior incidência nas áreas rurais. As disparidades de gênero e entre gerações são evidentes, com 28% das mulheres e 19% dos homens sendo analfabetos. A taxa de analfabetismo entre os idosos é consideravelmente mais alta do que entre os jovens, e a maioria dos haitianos não concluiu o ensino primário, havendo apenas uma pequena parcela com diploma profissional ou de ensino superior (LAI, 2014).

É nesse contexto que se mobilizam os países chamados amigos do Haiti, as organizações não governamentais (ONG), a sociedade civil para agilizar a reconstrução do sistema educacional do Haiti. De ponto de vista da reforma educativa, o PO prevê atuar em três eixos principais: - a insuficiência e a distribuição desigual da oferta escolar maioritariamente privada; - a má qualidade da oferta educativa e a baixa eficiência interna, que resultam em taxas de sucesso acadêmico muito baixas e taxas de repetência e abandono relativamente elevadas; - a fragilidade da gestão do sistema educativo que impede o MENFP de desempenhar eficazmente as suas principais funções de regulação, planejamento e orientação (MENFP, 2015).

O PO tem quatro capítulos: no primeiro destaca as características que caracterizam o sistema durante mais de dez anos após o lançamento do plano nacional de educação e formação em 1998: os fundamentos da sua refundação e a nova visão que norteia a refundação educacional. Estas características marcantes aplicam-se a todos os níveis de ensino (MENFP, 2015).

Agrupado em nove áreas de intervenção, o PO contém ações concretas a serem executadas. Cada área, por meio de uma estratégia associada, indica as alterações a serem introduzidas no sistema e destaca as iniciativas inovadoras. Foi discutida a questão financeira relacionada à execução do plano, com um custo estimado em 4,3 bilhões de dólares, sendo 67% destinados a despesas correntes. O cenário de custos apresentado baseia-se principalmente na premissa de um aumento

---

<sup>3</sup> Evolução das condições de vida no Haiti entre 2007 e 2012, O choque social do terremoto, IHSI. 2014.

prudente do crescimento econômico e da pressão fiscal do plano de desenvolvimento nacional (PDN). Os intervenientes implementam as medidas necessárias para garantir o sucesso do plano e permitir que todas as intervenções sejam realizadas de forma totalmente eficaz, com planos de execução, estratégia, tática e implementação. Por fim, o PO encerra com a análise de determinados riscos que podem dificultar a implementação, incluindo financiamento insuficiente, fragilidades administrativas ou institucionais, resistência à mudança, entre outros. Cada um desses riscos está associado a uma estratégia de mitigação para combatê-los ou minimizar seus efeitos (MENFP, 2010).

A análise do PO evidencia que este é fortemente influenciado pelo pensamento neoliberal. Porque recomenda uma reorganização da formação técnica e profissional para atender às necessidades dos desenvolvedores de produtos e uma reorganização das instituições responsáveis pela formação profissional, visando um sistema integrado orientado para o mercado de trabalho (MENFP, 2012). O que envolve uma reorganização completa do subsetor, novos formatos de gestão, responsabilidade corporativa e a transformação dos centros de formação profissional para oferecer cursos oferecidos exclusivamente para o mercado de trabalho. O ambiente de negócios deve estar associado à gestão da Formação de Professores, e a estrutura do Instituto Nacional de Formação Profissional (INFP) deve ser modificada para definir novos atributos (Gabaud, 2017).

O Haiti é um dos países onde os pais destinam a maior parte de sua renda à educação dos filhos (Senant; *et al.*, 2014). O suporte financeiro da ajuda internacional à educação também teve um papel importante, apoiando certas atividades tecnicamente e negligenciando outras de acordo com suas próprias prioridades. Pierre Marcel Gabaud (2017, p. 34) afirma que

O PO 2010-2015 constitui uma ferramenta coerente e adequada em termos de objetivos estratégicos e programáticos para iniciar a modernização da educação no Haiti. No entanto, o subfinanciamento do plano foi identificado como o principal obstáculo para alcançar esses objetivos.

No relatório do MENFP de 2014 foi recebido apenas 15% dos 4,3 bilhões de dólares necessários, em comparação com o setor público (49%) e acordos financeiros técnicos e ONGs (51%) (MENFP, 2014).

Além da falta de financiamento, vários outros desafios foram destacados, como a falta de instrutores qualificados, a questão linguística (crioulo e francês) também foi identificada. O linguista-terminologista Robert Berrouët Oriol (2014, p. 7) enfatiza que

durante várias décadas, desperdiçamos enormes recursos tentando implementar planos e reformas que sabemos de antemão que estão condenados ao fracasso, mas que dão a sensação de que estamos avançando, que ao avançarmos reformamos ou modernizamos o sistema

Outro desafio que impactou esta reforma é a questão do tempo. Por uma reforma destes critérios, não é óbvio pensar que o prazo foi

relativamente curto face aos objetivos traçados e às atividades deles decorrentes, porque não foi planejado em 10 anos? pergunta Pierre Marcel Gabaud (2017).

A instabilidade política no Haiti resultou frequentemente em numerosas mudanças ministeriais; quando um ministro se adaptava a um projeto, era substituído por outro que reiniciava todo o processo. Só durante o período de execução do PO, o MENFP reuniu-se com nada menos que três ministros. Além disso, a falta de comunicação do MENFP com suas unidades internas ou descentralizadas que não tinham plena consciência da escala das tarefas ou atividades que os aguardavam contribuiu para a incapacidade de atingir os objetivos (Gabaud, 2017). Vale a pena notar que muitas reformas nas políticas educativas no Haiti, que trazem esperança à população mais vulnerável, foram desenvolvidas com objetivos específicos. Estas reformas, orientadas pelo espírito neoliberal, têm múltiplos impactos no sentido de criarem dinâmicas midiáticas consideráveis, mas os seus efeitos permanecem limitados no que diz respeito aos resultados obtidos em relação aos objetivos traçados. O plano apresenta uma visão neoliberal dos grupos dominantes, estabelecendo esse “espírito de empreendedorismo” (Pizolati, 2020).

#### **PROGRAMA DE ESCOLARIDADE UNIVERSAL GRATUITA E OBRIGATÓRIA**

No âmbito do discurso neoliberal, o termo "Escarlarização Universal" denota o compromisso político de proporcionar educação a todas as crianças em idade escolar, com especial atenção aos jovens que estão fora da escola (Fernandez; Galdo, 2019). No contexto do Hai, como a constituição 1987 (Haiti, 1987) a escolaridade universal tornou-se uma exigência constitucional, vista como uma ferramenta de modernização e democratização.

Nesta perspectiva os governos do presidente Aristide (1994-1996; 2001-2004), e o governo do presidente Préval (2006-2011) foram elaborados os primeiros programas de implantação de escolas em municípios como: programa de Escolarização Universal (PSU); programa Acelerado de Educação Integrada (PRONEI); programa de Educação Acelerada (PEA). Estes programas implementados em alguns departamentos do país (Oeste, Sul, Noroeste. Apesar da sua dimensão, não serão alcançados sem um plano e um desejo de Educação para todos integrados numa visão nacional que abranja todas as etapas e níveis de ensino e aprendizagem, desde a pré-escola até à universidade, por meio do ensino técnico e profissional e da erradicação do analfabetismo. (Tardieu, 2016).

Durante a campanha presidencial de 2010, o candidato Joseph Michel Martelly criticou os governos anteriores por não terem cumprido o ensino primário gratuito e obrigatório, conforme a Constituição 1987. Como presidente em 2011, Michel Martelly propôs o "Programa de Ensino Universal, Gratuito e Obrigatório (PSUGO)", com o objetivo de ampliar a oferta escolar no ensino básico, especialmente para crianças em idade escolar, incluindo aquelas em situação de rua e as que não frequentam a escola.

Este programa visa educar 1.500.000 crianças de 6 a 12 anos ao longo de cinco anos, com uma estratégia tripla: cobertura estatal das escolas primárias públicas; subsídios para escolas privadas; e a criação e construção de novas escolas públicas (MENFP, 2015).

Por outro lado, não se trataria apenas de tornar o ensino básico gratuito e obrigatório, mas também de melhorar e garantir a qualidade e a permanência dos estudantes do ensino, o recrutamento e formação de professores, o desenvolvimento de conteúdos educativos, a formação de orientadores educativos e a estabelecimento de mecanismos de controle e gestão de qualidade nas escolas (MENFP, 2015).

Para financiar este programa, em maio de 2011, o Presidente lançou o Fundo Nacional de Educação (FNE) foi lançado. Trata-se de uma série de fundos onde o governo espera receber \$US 0,5 dólar em transferências e ligações internacionais. Com este fundo, o governo propôs pagar a cada estabelecimento de ensino (1.º e 2.º ciclo do ensino básico) participante no programa um subsídio de: 250 gourdes (equivalente a \$US 6 dólares na época) para cada estudante das escolas públicas e 3.600 gourdes (equivalente a \$US 90 dólares nas escolas privadas) por período letivo para cada estudante em estabelecimentos privados. O FNE também teria um papel determinante na implementação de grandes projetos de infraestrutura no nível educacional (MENFP, 2017).

De acordo com os dados divulgados pelo Banco da República (BRH) sobre a utilização do fundo durante os primeiros anos de sua implementação, de julho de 2011 a setembro de 2018, o BRH arrecadou um total de 120.130.745,50 dólares americanos. Em 12 de setembro de 2018, o BRH transferiu o montante de 117.760.594,50 dólares americanos para a conta do Tesouro Público, resultando em um saldo de 2.370.146,50 dólares americanos (BRH, 2018).

Além disso, o Tribunal Superior de Contencioso e Administrativas (TSCCA) informa que, nos anos de 2013 a 2015, dos \$ 52 milhões de dólares arrecadados durante ligações telefônicas, o conselho Nacional de telecomunicação (CNT) transferiu \$US 34 milhões de dólares americanos em 2015 para o Tesouro Público. O mesmo relatório menciona que várias escolas estão sendo construídas em diferentes departamentos do país graças a este fundo (TSCCA, 2017-2018).

Entretanto, a falta de regulamentação legal do FNE desde 2011 até sua promulgação em 2017 levanta dúvidas sobre a gestão do fundo. Apesar de ter sido criado em 2011, o fundo só entrou em atividade jurídica com a nomeação e posse de seu primeiro diretor-geral em 12 de novembro de 2018, por decreto presidencial. A administração do FNE nunca precisou lidar com recursos, pois isso só aconteceu em novembro de 2018 (Pierre, 2014). Quais são os resultados obtidos em relação às conquistas para as quais o fundo foi criado?

Durante os anos de implementação do PSUGO, as estatísticas escolares mostram que o número de matrícula ao nível da educação básica aumentou significativamente em comparação com anos anteriores, o que mostra, pelo menos em termos quantitativos, uma melhoria no número de alunos que ingressam no sistema escolar neste nível. Segundo dados coletados pelo MENFP durante o último censo de 2015-2016. Os dados

mostram que houve grandes esforços para aumentar as matrículas no nível do ensino básico nos últimos 6 anos. De fato, a Taxa de Matrícula aumentou de 68% em 2010-2011 para 78% em 2015-2016 (MENFP, 2015-2016) (ou seja, um aumento global de 10 pontos para o período).

Considerado como o símbolo da vontade política do Governo em trabalhar pela universalização do ensino básico, o PSUGO cristalizou a esperança e as ilusões das camadas mais carentes de uma população que finalmente teve a oportunidade de enviar os seus filhos para escola apesar da falta de recursos materiais. Mas logo após o seu lançamento, este programa foi marcado por inúmeros escândalos, tais como: irregularidades, fraudes massivas, corrupção, desperdício de fundos públicos, atrasos nos pagamentos e insatisfação dos diretores de escolas em relação aos montantes das doações recebidas (Tadiou, 2016).

Para os especialistas, estabelecer um fundo para financiar o PSUGO é uma necessidade urgente para o sistema educacional haitiano. Isso possibilitaria ao governo obter os recursos financeiros indispensáveis para garantir o acesso da educação de milhares de crianças, especialmente para aquelas em situação de maior vulnerabilidade e que vivem em regiões mais remotas do país. No entanto, as estratégias empregadas até o momento se mostraram inadequadas.

Durante o lançamento da FNE em 26 de maio de 2011, no Hotel Caribe Convention Center, em Porto Príncipe, o Senador Évalière Beauplan observou: "Trata-se realmente de um imposto que necessita de uma estrutura legal; ao se arrecadar impostos, é imprescindível contar com um arcabouço jurídico [...] não se pode simplesmente acordar numa bela manhã e ser obrigado a pagar um imposto sem conhecer a lei." Por outro lado, Saurel Jacinthe, presidente da Câmara dos Deputados, enfatizou a importância de agir dentro da legalidade: "Não temos objeções quanto ao Presidente Martelly providenciar os meios para enviar as crianças à escola por meio de seu programa de educação gratuita, contudo, é crucial que tudo seja realizado dentro dos parâmetros legais". (Haiti.Libre, 2011).

Num artigo intitulado "O PSUGO, uma catástrofe planejada" publicado no jornal *Alterpresse* em 2016, Charles Tardieu (2016, p.2)<sup>4</sup> comentou que:

Os modelos organizacionais do Psugo foram concebidos para criar uma fonte fácil de rendimento para aqueles que estão próximos do governo, sem se preocupar com o fortalecimento das estruturas públicas em termos de oferta educacional. Para isso, foi necessário imaginar como inflacionar ao máximo o número de estudantes matriculados em escolas públicas e privadas para justificar os valores a serem desviados em benefício dos amigos e aliados do governo. Assim, diversas estratégias foram implementadas para criar essas escolas e recrutar estudantes.

---

<sup>4</sup> Ex-Ministro da Educação Nacional, Doutor em Educação. Entre 1992 e 1996, liderou o projeto de elaboração do Plano Nacional de Educação, que resultou em 1996 nos Estados Gerais da Educação preparatórios ao Plano Nacional de Educação e Formação (PNEF).

O PSUGO já não parece cumprir a sua real missão de garantir o acesso à educação. Mas, para reforçar o fracasso acadêmico e produzir mais desigualdades e pobreza entre os mais desfavorecidos que planejam continuar os seus estudos até ao bacharelado; que não conseguiram aceder ao ensino secundário devido à falta de vagas disponíveis no ensino secundário público e à incapacidade das famílias de financiar a educação dos seus filhos, mesmo no setor conhecido como Escola Borlette no Haiti<sup>5</sup> (Joint, 2008).

Em relatório sobre o FNE, o TSCCA comprova que o FNE foi instituído de forma ilegal, sem nenhuma lei que autorizasse a cobrança de tributos. Neste relatório o tribunal demonstrou que este fundo é gerido de forma ilegal, já que não passa pelo erário público, este fundo era gerido entre o gabinete do Primeiro-Ministro e a presidência (Nouvelliste, 2015).

Em outra investigação do Senado da República, foi revelado que mais de 40% dos recursos foram destinados à compra de móveis em benefício do CNT. Outros relatórios<sup>6</sup> realizados por outras instituições como o MENFP, a unidade de Luta contra a corrupção (ULCC), a unidade central de inteligência financeira (UCREF) mostraram claramente que o PSUGO era um programa carregado de fraude, ou os beneficiários diretos não são crianças em idade escolar como foi alegado nos meios de comunicação. Mas preferencialmente são senadores, deputados e outros dignitários do governo (Tardieu, 2016).

Segundo a economista Camille Chalmers (2014) da Plataforma de Advocacia para um Desenvolvimento Alternativo (PAPDA) a política econômica implementada pelo presidente Michel Joseph Martelly, durante o período de implementação do PO e do PSUGO contribuiu para favorecer a aplicação de medidas neoliberais prejudiciais ao progresso do país considerando vários aspectos. Ele apontou que esta intensificação levou à liquidação do patrimônio nacional, com a implementação da política denominada “*Haiti open for business*” (O Haiti está aberto aos negócios). Os fundos “Péto-Caribe<sup>7</sup>”, que representam uma parte significativa do orçamento de investimento no Haiti, foram utilizados em projetos sociais, sem qualquer impacto positivo real para a população. Vários programas sociais, incluindo “*ede Pèp*” (ajuda o povo) Kore etidyan<sup>8</sup>

<sup>5</sup>As “*Ecole borlette*” (escolas Loteria em português), segundo Joint (2008), são escolas que oferecem uma educação de má qualidade, devido ao seu mau funcionamento e infraestrutura inadequada. Os alunos frequentam essas escolas por desespero, os pais não têm dinheiro suficiente para pagar regularmente as mensalidades das boas escolas particulares. Nessas escolas, os professores também não têm salário fixo.

<sup>6</sup><https://www.lenouvelliste.com/article/147064/detournement-de-fonds-85-ecoles-exclues-du-psugo>.

<sup>7</sup> Petro Caribe: é um acordo de cooperação energética entre países caribenhos, incluindo Haiti e Venezuela. Este último permite que os países membros comprem petróleo em condições de pagamento preferenciais. Esta aliança foi criada em 29 de junho de 2005 com a assinatura do acordo inicial com 13 países.

<sup>8</sup> Lançado em 2013 pelo presidente Joseph Michel Martelly, o programa de assistência social denominado “Kore Etidyan” consiste na doação de 2.000 gourdes por mês durante um período de 9 meses para estudantes matriculados na

(apoia estudante) ti manman Cheri<sup>9</sup> (mãezinha querida), Kore andikape (apoia pessoas com deficiência)”, considerados ineficazes, são financiados por esses fundos (Alai, 2014)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, fizemos uma análise das influências neoliberais nas políticas educacionais no Haiti, com foco do PO e do PSUGO. Em primeiro lugar, notamos uma forte presença de princípios neoliberais na concepção e implementação dessas iniciativas, caracterizadas por uma orientação para a concorrência, a privatização por meio de critérios de mercado. Essas tendências refletem a tendência global para promover a concorrência e a rentabilidade no setor da educação, alinhado com os princípios neoliberais de mercados livres e redução da intervenção estatal.

Além disso, nossa análise revelou que durante a implementação do PO e do PSUGO foram observados progressos significativos em termos de acesso à escola; no entanto, não alcançaram necessariamente seus objetivos de forma justa e inclusiva. Pelo contrário, essas iniciativas reforçaram as desigualdades existentes no acesso à educação, favorecendo as zonas urbanas e as instituições mais bem financiadas em detrimento das zonas rurais e das escolas subfinanciadas. Ademais, a ênfase na padronização de programas e avaliações levou a uma padronização do ensino, limitando assim a diversidade cultural e linguística no sistema educativo haitiano.

Finalmente, nossa análise destaca a importância crítica de considerar as influências neoliberais na formulação de políticas educacionais no Haiti, bem como em outros contextos semelhantes. É imperativo que o poder público, os profissionais da educação e os pesquisadores reconheçam os efeitos perversos das políticas neoliberais no que se refere à justiça social e na qualidade da educação e trabalhem para desenvolver estratégias mais inclusivas e socialmente justas. Ao adotar uma abordagem mais holística e sensível ao contexto, é possível construir um sistema educacional haitiano que atenda verdadeiramente às necessidades de todos os cidadãos, ao mesmo tempo que promove os valores da justiça social e da igualdade de oportunidades.

---

universidade estadual do Haiti (UEH) e em universidades públicas do Haiti, região.

<sup>9</sup> Lançado em 27 de maio de 2012, na cidade de Cité Soleil (periferia norte da capital), o programa consiste na transferência regular de dinheiro para mães de famílias vulneráveis com crianças pequenas na escola. Estes fundos são transferidos mensalmente, através do serviço da empresa privada de telefonia móvel Digicel, desde que as crianças estejam matriculadas numa escola e frequentem regularmente.

## REFERÊNCIAS

ALAI. Trois ans de politiques néolibérales anti-progrès ? ALAI - América Latina en Movimiento, 20 août 2014. Disponível em: <> Acesso em: 27 jun. 2025.

DESJARDINS, Richard. Considerations of the impact of neoliberalism and alternative regimes on learning and its outcomes: an empirical example based on the level and distribution of adult learning. **International Studies in Sociology of Education**, v. 23, n. 3, p. 182-203, 2013. <https://doi.org/10.1080/09620214.2013.790659>.

ENS, Romilda Teodora et al. Política educacional: participação democrática no plano municipal de educação de Curitiba. **Revista Interacções**, v. 12, n. 40, 2016.

ÉTIENNE, Sauveur Pierre. L'énigme haïtienne : échec de l'État moderne en Haïti. Montréal : Mémoire d'encrier / Presses de l'Université de Montréal, 2007. Disponível em: <https://books.openedition.org/pum/15189>. Acesso em: 27 jun. 2025.

FRENAT, Faniel; WESZ JUNIOR, Valdemar João. La libéralisation du marché en Haïti et ses effets sur la production de riz. **Revista Nera**, v. 27, p. e10409, 2024.

FEGUENSON HERMOGÈNE. 30 septembre 1991 et 11 septembre 1973: deux coups d'État pour un même projet ? Disponível em: <<https://ayibopost.com/30-septembre-1991-et-11-septembre-1973-deux-coups-detat-pour-un-meme-projet/>>. Acesso em: 27 jun. 2025.

FERNANDEZ-IGLESIAS, R.; IGLESIAS GALDO, A. Défendre une éducation inclusive dans un contexte néolibéral : l'apport des récits d'enseignant.e.s. **Sociologies**, 27 out. 2019.

GABAUD, Pierre Marcel. Considérations critiques sur la gouvernance de la formation professionnelle au regard du Plan opérationnel 2010-2015. 2017.

GENTILI, P. O direito à educação e as dinâmicas de exclusão na América Latina. **Educação & Sociedade**, v. 30, n. 109, p. 1059-1079, dez. 2009. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302009000400007>

HAITI.LIBRE. Haïti - Éducation : Le Fonds National pour l'Éducation (FNE) a-t-il besoin d'un cadre légal ? [MAJ 17h38]. **Haitilibre**, 19 mai 2011. Disponível em: <> Acesso em: 26 jun. 2025.

HAITILIBRE. Haïti - Éducation : Mieux vaut tard que jamais... **Haitilibre**, 17 jan. 2014. Disponível em: <> Acesso em: 26 jun. 2025.

JOHSUA, S.; DUPIN, J.-J. Chapitre 3. Démarches de modélisation et interactions sociales en classe : un exemple en physique. **De Boeck Supérieur eBooks**, p. 73-73, 1 jan. 2009. <https://doi.org/10.3917/dbu.garni.2009.01.0073>

JOINT, L. A. : *Système éducatif et inégalités sociales en Haïti. Le cas des écoles catholiques*, L'Harmattan, Paris, février 2008, 525 pages. <https://doi.org/10.4000/rref.861>

JOINT, L. A. *L'école dans la construction de l'État*. Disponível em: < > Acesso em: 12 dez. 2024.

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

LAVAL, C.; DARDOT, P. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

HAITI, ministère de L'éducation Nationale et de la Formation Professionnelle. *Plan Décennal d'Éducation et de Formation (PDEF) 2017-2027*, Port-au-Prince, Haïti Janvier 2018

HAITI, ministère de L'éducation Nationale et de la Formation Professionnelle. *Plan opérationnel 2010-2015*, Port-au-Prince, Haïti Janvier 2015.

PEREIRA, J. M. M. Banco Mundial, reforma dos Estados e ajuste das políticas sociais na América Latina. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 23, n. 7, p. 2187-2196, 2018.

PIERRE, D. **Constitutions, lois et éducation en Haïti, 1801-2011: éléments de politiques éducatives**. Port-au-Prince: Éditions Le Béréen, 2014.

PIZOLATI, A. R. da C. A influência do discurso neoliberal na governamentalidade pedagógica no Brasil contemporâneo. *Revista Cocar*, v. 14, n. 28, p. 521-540, 2020.

TARDIEU, C. *Le PSUGO, une catastrophe programmée*. 2016. Disponível em: <> Acesso em: 12 dez. 2024.

ZAJDA, J.; VISSING, Y. **Discourses of Globalisation, Ideology, and Human Rights**. Cham: Springer International Publishing Ag, 2022. <https://doi.org/10.1007/978-3-030-90590-3>

ZAJDA, Joseph I.; ZAJDA, Joseph I. **Globalization, education, and social justice**. Dordrecht: Springer, 2010.

#### Contato dos autores/as:

**Autor:** Wanchel Pierre  
**e-mail:** wanchelpierre1988@gmail.com

**Autora:** Lucia de Fatima Valente  
**e-mail:** valentelucia@yahoo.com.br

Manuscrito aprovado para publicação em: 26/02/2025